UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MURILLO VIANA CARVALHO

INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Goiânia - GO
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar o produto final, o autor e o orientador firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo do autor: Murillo Viana Carvalho

Título do trabalho: INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Dermeval Martins Borges Junior**, **Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2024, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Murillo Viana Carvalho**, **Discente**, em 16/12/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5043343** e o código CRC **928586B6**.

MURILLO VIANA CARVALHO

INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Dermeval Martins Borges Júnior.

Goiânia
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carvalho, Murillo Viana
INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO [manuscrito] : UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS / Murillo Viana Carvalho. - 2024.
xxxii, 32 f.

Orientador: Prof. Dr. Dermeval Martins Borges Júnior.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2024.

Inclui tabelas, lista de tabelas.

1. Inclusão Financeira. 2. Desenvolvimento Socioeconômico. 3. Goiás. I. Borges Júnior, Dermeval Martins, orient. II. Título.

CDU 657

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA DE DEFESA DA MONOGRAFIA/ARTIGO COMO REQUISITO PARA CUMPRIMENTO DA DISCIPLINA "TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II" (FAC0259)

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) intitulado "**INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS"**, de autoria do discente **Murillo Viana Carvalho**, matrícula **202008298** do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo presidente da banca **Prof. Dr. Dermeval Martins Borges Júnior – orientador (FACE/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Lúcio de Souza Machado (FACE/UFG)** e **Prof. Me. Paulo Junio Pereira de Moura (FACE/UFG)**.

Após exposição de quinze minutos, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Banca Examinadora. Nesta arguição a Banca buscou aferir a suficiência de conhecimento e a capacidade de sistematização do tema desenvolvido pelo discente em seu TCC II. Após realização dos comentários de cada um dos professores examinadores, a Banca reuniu-se reservadamente e atribuiu a nota final de **9,0 (nove pontos)**, tendo sido o TCC II considerado **aprovado.**

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Dermeval Martins Borges Junior**, **Professor do Magistério Superior**, em 03/12/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Lucio De Souza Machado**, **Professor do Magistério Superior**, em 03/12/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Junio Pereira De Moura**, **Usuário Externo**, em 03/12/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5013215** e o código CRC **13F3CE00**.

Referência: Processo nº 23070.061245/2024-61 SEI nº 5013215

RESUMO

Este trabalho examinou o impacto da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado de Goiás. Para alcançar o objetivo proposto, procedeu-se com a coleta de dados dos 246 municípios do estado, abarcando um período de dez anos, de 2007 a 2016, os quais totalizaram 2.279 observações município-ano. Para a análise dos dados, foram empregadas técnicas de estatística descritivas e a aplicação de modelo de regressão linear com dados em painel. Dentre os principais resultados, evidenciou-se a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a inclusão financeira, representada pela bancarização, e os níveis de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado de Goiás. A inclusão financeira, neste estudo, foi contextualizada e analisada sob a ótica da oferta dos serviços e produtos financeiros por parte das instituições bancárias formais, levando em consideração a quantidade de agências bancárias e postos de atendimento autorizados pelo Banco Central do Brasil. Os resultados indicaram que os municípios com mais estrutura financeira, como agências bancárias ou postos de atendimento bancário, tendem a exibir níveis mais altos de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, verificou-se que a receita própria (RCTA) e a cota parte do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) exercem influência positiva sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Goiás. Concluiu-se que a inclusão financeira pode promover o crescimento econômico e melhorar as condições sociais, ao facilitar acesso a crédito, investimentos e outros serviços essenciais para o desenvolvimento local. Este estudo destaca a importância da inclusão financeira nos municípios goianos e sugere que políticas públicas e estratégias das instituições financeiras podem promover o desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos.

Palavras-chave: Inclusão Financeira. Desenvolvimento Socioeconômico. Goiás.

ABSTRACT

This study examined the impact of financial inclusion on the socioeconomic development of municipalities in the state of Goiás. To achieve the proposed objective, data were collected from 246 municipalities in the state, covering a ten-year period from 2007 to 2016, totaling 2,279 municipality-year observations. For data analysis, descriptive statistical techniques and the application of a linear regression model with panel data were employed. Among the main results, a positive and statistically significant relationship was found between financial inclusion, represented by bankarization, and the socioeconomic development levels of the municipalities in the state of Goiás. Financial inclusion in this study was contextualized and analyzed from the perspective of the provision of financial services and products by formal banking institutions, taking into account the number of bank branches and banking service points authorized by the Central Bank of Brazil. The results indicated that municipalities with more financial infrastructure, such as bank branches or banking service points, tend to exhibit higher levels of socioeconomic development. Additionally, it was found that own revenue (RCTA) and the share of the Motor Vehicle Property Tax (IPVA) have a positive influence on socioeconomic development of the municipalities of Goiás. It was concluded that financial inclusion can promote economic growth and improve social conditions by facilitating access to financial services, credit, investments, and other tools essential for local development. This study highlights the importance of financial inclusion in the municipalities of Goiás and suggests that public policies and strategies by financial institutions can promote the socioeconomic development of the municipalities in Goiás.

Keywords*: Financial Inclusion. Socioeconomic Development. Goiás*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das variáveis. 18
Tabela 2 – Quantidade de valores faltantes (*missing values*) no banco de dados. 20
Tabela 3 – Quantidade de valores faltantes (*missing values*) na amostra final. 20
Tabela 4 – Estatística descritiva. 23
Tabela 5 – Matriz de correlação. 24
Tabela 6 – Efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico. 25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8

2 REFERENCIAL TEÓRICO 10

2.1 Inclusão financeira 10

2.2 Desenvolvimento socioeconômico e inclusão financeira 12

3 METODOLOGIA 15

3.1 Classificação da pesquisa 15

3.2 Descrição das variáveis 15

3.3 Definição da amostra 19

3.4 Procedimentos de análise 21

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 23

5 CONCLUSÃO 27

REFERÊNCIAS 29

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos transformaram a forma como realizamos e tratamos certas atividades cotidianas, como os aplicativos de mobilidade urbana, interações através das redes sociais, consumo dos serviços de *streaming* e compras via *e-commerce*. Essas inovações têm afetado os setores tradicionais da economia e da sociedade (Cordeiro, 2019). No contexto dos serviços financeiros, esses avanços resultaram em um processo de digitalização das instituições financeiras, meios de pagamento e transações instantâneas (Santos, 2022). Ainda que essas transformações possam promover a inclusão financeira, também podem agravar a exclusão de populações vulneráveis aos serviços financeiros.

Embora o objetivo dessas mudanças seja impactar positivamente, é importante considerar que enquanto algumas pessoas têm acesso a uma ampla variedade de serviços financeiros por intermédio dessas tecnologias, outras podem ficar excluídas, ficando à margem desses serviços, devido à falta de conhecimento e ou de recursos. Segundo Wilson (2012), a definição de exclusão financeira se dá pelos processos que impedem os indivíduos de baixa renda, e alguns grupos sociais, de conseguirem acessar o sistema financeiro, associando-se a exclusão financeira com a exclusão social. Dessa forma, estima-se que a inclusão financeira possa permitir que esses grupos participem ativamente no sistema financeiro, como uma alternativa para reversão desse quadro de exclusão.

O *World Bank* (2022) trata a inclusão financeira como sendo o acesso dos indivíduos e das empresas a produtos e serviços financeiros úteis e acessíveis que satisfaçam as suas necessidades, transações, pagamentos, poupanças, crédito e seguros prestados de forma responsável e sustentável. Desta forma, um sistema financeiramente inclusivo demanda da utilização de serviços sustentáveis que promovam o equilíbrio econômico, ambiental e social (Bader; Savoia, 2013). Estudos anteriores, como de Reis e Ventura (2015) demonstram que o acesso a serviços financeiros, por meio da inclusão financeira, pode aumentar significativamente os indicadores de desenvolvimento econômico e social.

Segundo Kabakova e Plaksenkov (2018), a inclusão financeira vem despertando o interesse dos acadêmicos, formuladores de políticas públicas e participantes de mercado. Apesar do crescente interesse e dos estudos acerca dessa temática, ainda existem lacunas a serem preenchidas quando se trata da análise sobre os impactos socioeconômicos da inclusão financeira no contexto dos municípios, com ênfase em Goiás. Segundo Resende (2008) as heterogeneidades regionais são importantes em países em desenvolvimento com grandes extensões geográficas, como é o caso do Brasil.

De forma semelhante, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) trata que o desenvolvimento regional não pode ser compreendido sob uma única dimensão, e que é necessário reconhecer as desigualdades regionais em múltipla escala com seus aspectos intra e inter-regionais (Brasil, 2024). Sendo assim, entende-se que esta pesquisa avança ao explorar a inclusão financeira levando em conta as particularidades e especificidades do estado de Goiás, quer seja quanto a sua população, renda *per capita* e as principais atividades econômicas.

Frente a isso, supõe-se que a inclusão financeira exerça efeito positivo no desenvolvimento socioeconômico dos países e regiões. Isso porque, por intermédio da promoção do acesso igualitário aos serviços financeiros, a inclusão financeira fomenta o crescimento econômico mais participativo e sustentável, além de contribuir para a promoção da igualdade social (Word Bank Group, 2013). Diante do exposto, e como forma de fornecer subsídios adicionais aos tópicos em discussão, este estudo é norteado pela seguinte questão: **qual o efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Goiás?** Para responder o problema de pesquisa, tem-se o objetivo geral de examinar o efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos.

Espera-se que os resultados deste estudo possam fornecer *insights* sobre a inclusão financeira da população e o desenvolvimento na perspectiva municipal. A importância deste estudo é amplificada ao levar em consideração a redução de 19,09% no Índice de Desempenho Municipal (IDM) na última década. Notavelmente, a média do IDM dos municípios de Goiás era de 6,18 em 2010 e diminuiu para 5 em 2020, conforme relatado pelo Instituto Mauro Borges (Imb, 2013; Imb, 2021).

Além disso, espera-se que este estudo possa fornecer subsídios para formulação de políticas públicas com vistas ao fomento da inclusão financeira como um impulsionador do desempenho municipal. Adicionalmente, acredita-se que as informações levantadas possam colaborar na tomada de decisão, na criação de programas, políticas e estratégias que promovam a inclusão social e econômica nos municípios, fomentando o crescimento econômico, social e a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão financeira

Os esforços acerca da inclusão financeira se originaram por volta de 1990, com um olhar micro e macroeconômico sobre a prestação dos serviços financeiros, conforme observado por Barajas *et al*. (2020). Por outro lado, Diniz, Birochi e Pozzebon (2012) apontam que as raízes da inclusão financeira se encontram no microcrédito, evoluindo até alcançar o conceito abrangente atual, uma vez que a inclusão pode ser entendida como uma série de produtos e serviços financeiros prestados às pessoas de baixa renda por bancos, organizações de varejo, bem como instituições de microcrédito.

A definição de inclusão financeira pode ser entendida de várias maneiras, expressando uma ampla gama de abordagens e conceitos. Na literatura acadêmica, o conceito se mostra como multidimensional. Conforme apresentado por Barajas *et al*. (2020), alguns aspectos devem ser observados em sua conceituação, tais como o acesso da população aos serviços financeiros, o grau de utilização desses serviços e a sua qualidade e custo. De forma semelhante, Kempson *et al*. (2000) apresentam algumas características da inclusão financeira que podem ser expressas e resumidas em três dimensões, a saber: acesso, uso e qualidade.

Ao procurar uma definição viável do que é inclusão financeira, que possa ser medida e avaliada de maneira relativamente uniforme em uma ampla gama de países, o *World Bank Group*, em parceria com a Bill & Melinda Gates Foundation, projetaram e lançaram o *Global Financial Inclusion Database*. Comumente conhecido por *Global Findex*, é considerado uma das principais fontes de dados globais sobre a integração financeira e do acesso global aos serviços financeiros (Atiense, 2020). A inclusão financeira é um pilar para o desenvolvimento e engloba o acesso aos serviços, desde pagamentos até poupança e empréstimos (World Bank Group, 2022).

Embora pareça que o Brasil tenha uma alta porcentagem no quesito bancarização sob uma perspectiva coletiva, tal afirmação é refutada, pois quando observado sob uma perspectiva do indivíduo, apenas evidenciam as lacunas no que tange à inclusão financeira no país (Santiago; Zanetoni; Vita, 2020). No Brasil, pelo menos 45 milhões de pessoas não têm qualquer tipo de conta bancária, esta parcela da população chega a ser responsável por movimentar R$ 817 bilhões ao ano (Instituto Locomotiva, 2019). Com isso, ficando a parte do Sistema Financeiro Nacional e à margem dos serviços financeiros, levantando a outro fenômeno financeiro, que é a exclusão financeira e por conseguinte a desbancarização.

Kempson *et al*. (2000) identificaram pelo menos cinco formas de exclusão financeira: i) exclusão no acesso; ii) exclusão na condição; iii) exclusão no preço; iv) exclusão de mercado; e v) autoexclusão. De outro modo, Wilson (2012) aborda que a exclusão financeira se associa com a exclusão social pelos processos que impedem certos grupos sociais de acessarem o sistema financeiro. Godói, Assis e Silva (2023) abordam que a desbancarização pode ser vista como um dos aspectos da exclusão financeira, e pode ser classificada como a fatia da população economicamente ativa que não possui a titularidade de conta bancária.

Os impactos trazidos às pessoas através do fenômeno da desbancarização levou a duas novas classificações em nível global: *unbanked* e *underbanked*. O termo *unbanked* se refere às pessoas que não utilizam qualquer serviço bancário, não se relacionam com bancos, nem mesmo a posse de uma conta bancária, *underbanked* compreende aqueles que são sub bancarizados e que têm posse de conta bancária, mas que utilizam de forma demasiadamente esporádica e acessam os serviços mínimos, com vista à vasta gama de serviços financeiros (Canilang *et al*., 2020). De outro modo, Demirgüç-Kunt e Klapper (2013) retratam que os indivíduos desbancarizados não deixam de utilizar os serviços bancários por desinteresse, mas sim por não terem recursos financeiros para tal.

Estudos anteriores evidenciaram a minimização dos problemas socioeconômicos advindos da inclusão financeira. Por exemplo, Reis e Ventura (2015) analisaram a relação entre o Índice de Inclusão Financeira (IIF) do Banco Central do Brasil (BACEN) e os valores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do nordeste brasileiro. No trabalho, inferiram que um aumento na inclusão financeira pode resultar em um aumento no desenvolvimento econômico do nordeste do Brasil, induzindo melhores níveis de bem-estar na região, conforme medido pelos indicadores FIRJAN. Por sua vez, Fouejieu *et al*. (2020) destacam que a melhoria dos aspectos da inclusão financeira, principalmente no acesso aos serviços e produtos financeiros, contribui para a redução da desigualdade econômica. A pesquisa também mostrou que a inclusão financeira constitui uma ferramenta política relevante para melhorar a distribuição de renda e o enfrentamento das disparidades socioeconômicas.

O acesso aos serviços financeiros é uma parte importante do desenvolvimento socioeconômico e está contemplado na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 8, a meta 8.10 estabelece que se deve “fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos”. Ao promover essa inclusão, busca-se impulsionar o desenvolvimento da sociedade como um todo, oferecendo

oportunidades para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico, redução da pobreza e demais disparidades sociais.

Neste contexto de pesquisa, a inclusão financeira foi considerada em sua forma mais ampla, que contempla as dimensões de acesso, uso e qualidade dos serviços financeiros formais. As métricas de bancarização foram empregadas para refletir a inclusão financeira, isto é, os elementos referentes ao lado da oferta pelos bancos, agências e postos de atendimento autorizados pelo Banco Central do Brasil.

2.2 Desenvolvimento socioeconômico e inclusão financeira

O significado de desenvolvimento é motivo de controvérsia, e não há um consenso em relação a isso, gerando contestações entre os organismos e organizações governamentais ou não governamentais (Simon, 1997). Uma perspectiva mais abrangente consensual inspirada na ideia de Sen (1980), que foi adotada a partir da década de 1990 pelo *United Nations Development Programme* (UNDP), trata que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de ampliação das capacidades e das oportunidades das pessoas, englobando os aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Simon (1997) ressalta que diversas abordagens ao desenvolvimento têm sido propostas ao longo do tempo, por exemplo, desenvolvimento econômico e desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento humano pode ser entendido como sendo parte integrante de um processo de ampliação das opções para que as pessoas tenham capacidades e oportunidades para serem o que desejam ser, conforme definição da UNDP. Isso contempla, de início, as questões econômicas, quais sejam, o aumento da produtividade, do capital, da renda *per capita*, sua estrutura operacional, a distribuição de custos e benefícios entre os agentes desse processo (Nino, 2016). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (Pnud Brasil, s.d.), o crescimento econômico é importante como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. Partindo do pressuposto que para aferir o desenvolvimento e avanço na qualidade de vida da população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outros elementos sociais, culturais e políticos que influenciam na qualidade da vida humana.

O entendimento do desenvolvimento como um processo vinculado a aspectos socioeconômicos levantou um desafio: como medir o desenvolvimento? Com vista a essa mensuração, os institutos de pesquisa e organismos internacionais expressaram a necessidade de integrar as dimensões sociais e econômicas. Com isso, foram arrolados os indicadores econômicos a uma série de dados e informações sobre os indicadores sociais para análise,

mensuração e formulação de indicadores do desenvolvimento de países e regiões. Contudo, uma variável social ou econômica somente se configura como um indicador quando reflete algum aspecto significativo dessa concepção (Siedenberg, 2003). Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009), um indicador é uma medida, podendo ser quantitativa ou qualitativa, usada para captar e estruturar as informações relevantes dos elementos que formam o objeto da observação.

Os indicadores socioeconômicos recebem a função de quantificar e expressar aspectos que não são diretamente mensuráveis. Com efeito, no começo da década de 1990, a ONU idealizou um indicador com objetivo de obter dados sobre o desenvolvimento humano dos países e regiões, ultrapassando os índices puramente econômicos, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB). Indicador esse idealizado e denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera para o seu cálculo três indicadores: i) renda *per capita*, medida em US$ para refletir a paridade do poder de compra em escala internacional; ii) saúde, mensurada pela expectativa de vida ao nascer; iii) educação, obtida pela média ponderada da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolaridade nos níveis primário, secundário e superior (Bustamante, 2022). A referência numérica do IDH varia entre zero e um. Quanto mais próximo de zero, menor é o desenvolvimento de um país.

Siedenberg (2003) aborda que após a publicação e divulgação do IDH surgiram diferentes propostas e sugestões para idealização de outros indicadores de desenvolvimento. Segundo Jannuzzi (2012), as instituições multilaterais e internacionais uniram esforços conceituais e metodológicos para a construção de instrumentos de medição do desenvolvimento social, bem como das outras questões sociais. Com efeito, os indicadores sociais mais utilizados para mensuração do nível desenvolvimento de uma região são renda *per capita* (média de renda por pessoa), índice de Gini (desigualdade de distribuição de renda), índice de desenvolvimento humano municipal (variação do IDH utilizada para apurar o desenvolvimento dos municípios), e a linha da pobreza (mínimo de renda por pessoa para subsistência humana) (Bustamante, 2022).

No contexto do Estado de Goiás e dos seus municípios, cabe considerar as particularidades regionais como população, trabalho, economia, território e demais aspectos que impactam o desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o IBGE (2022), o estado de Goiás é localizado na região centro-oeste do Brasil e conta com uma população de 7.056.495 habitantes, rendimento mensal *per capita* de R$ 1.619, e 0,737 de IDH, sendo o 7° estado em extensão territorial com 246 municípios. Adicionalmente, o IMB (2018) destaca que embora o segmento de serviços predomine sobre a economia goiana, o setor agropecuário é de grande

importância para economia e o PIB de Goiás, pois deriva a agroindústria uma das atividades mais fortes do estado, quer seja na produção de carnes, derivados de soja e leite, condimentos e até na produção de energia limpa.

Pesquisas empíricas anteriores sugerem a relação positiva da inclusão financeira com o desenvolvimento socioeconômico. Por exemplo, Magalhães (2018) evidencia que apesar das heterogeneidades das regiões do Brasil e da presença dos traços de desigualdade sociais e econômicas, é notável a relação positiva e estatisticamente significante entre a inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico. Por sua vez, Santos (2020) demonstra relação direta da inclusão financeira e do desenvolvimento econômico do Brasil, através das variáveis, quantidade de agências bancárias e liquidez de moeda ampla.

Nesse sentido, é sugerida a seguinte hipótese:

H_1: A inclusão financeira, medida pela bancarização, está positivamente associada ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa segue uma abordagem quantitativa, pois envolve a coleta e análise de dados numéricos para quantificar um conjunto de informações. De acordo com Zanella (2011), a pesquisa quantitativa define-se pela utilização de instrumentos estatísticos com vistas ao tratamento e posterior quantificação das informações levantadas. Adicionalmente, Mussi *et al*. (2019) afirmam que a abordagem quantitativa atua em níveis de realidade e que permite a determinação de indicadores e tendências, ou seja, dados representativos.

Quanto aos objetivos, este estudo pode ser categorizado como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca examinar o efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Estado de Goiás. As pesquisas descritivas se baseiam na investigação, correlação e interpretação dos dados. Nunes, Nascimento e Alencar (2016) afirmam que na pesquisa descritiva o estudo, o registro, a análise e a interpretação dos fatos são realizadas sem a interferência do pesquisador.

No que diz respeito aos procedimentos de análise, o método estatístico foi adotado neste estudo, levando em conta os modelos de regressão linear com dados em painel. Lakatos e Marconi (2003) retratam que o papel do método estatístico é, antes de tudo, prover uma descrição quantitativa da sociedade. Além disso, Lakatos e Marconi (2003) ainda destacam que os processos estatísticos permitem a extração de representações simplificadas oriundas de conjuntos complexos e possibilitam a constatação de relações entre essas representações.

3.2 Descrição das variáveis

Quanto à variável dependente, utilizou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) como *proxy* dessa pesquisa, considerando os diversos aspectos que contemplam e competem o desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos. Estudos anteriores, como Vieira (2017) empregaram o IFDM como uma *proxy* do desenvolvimento socioeconômico examinando o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, utilizando o IFDM como variável dependente, uma vez que ele engloba áreas essenciais do desenvolvimento municipal, tais como emprego, renda, educação e saúde.

No contexto dos procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa recorreu a dados secundários. Segundo Zanella (2011), esses dados são aqueles previamente coletados,

tabulados, ordenados e, em alguns casos, analisados, incluindo publicações como censos demográficos, relatórios e pesquisas já desenvolvidas. Assim, as informações foram obtidas, principalmente, de bases de dados oficiais, bem como indicadores de instituições como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); Banco Central do Brasil (BACEN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Segundo Santos (2020) a inclusão financeira pode ser medida sob diferentes perspectivas, quer seja pelo lado da demanda ou pela oferta. Nesta pesquisa, optou-se por focar no lado da oferta, ou seja, nas instituições bancárias formais e nos serviços financeiros que elas oferecem, tais como a quantidade de agências bancárias e de postos de atendimento. Diante do objetivo de examinar o efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos, bem como os aspectos do desenvolvimento socioeconômico, foram consideradas como variáveis independentes para representar a inclusão financeira municipal:

i) AGEN: representa o número de agências de instituições financeiras em funcionamento nos municípios goianos. São dependências destinadas ao atendimento dos clientes, não podendo ser móvel, e que ofereçam a maior variedade de serviços ao cliente (Brêtas, 2019; Van; Linh, 2019);

ii) STAT: número de postos de atendimento financeiro em funcionamento nos municípios goianos. Dependências com estrutura física mais simples, podendo ser fixo ou móvel, serviços de conveniência aos clientes, sem a inferência da realização de serviços financeiros (Brêtas, 2019).

Adicionalmente, foram consideradas as seguintes variáveis de controle:

i) FPM: Fundo de participação Municipal é um recurso financeiro transferido pela União aos municípios goianos, composta por uma parcela da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), destinado a reduzir as desigualdades municipais por intermédio da distribuição dos recursos fiscais (Vieira, 2017; Massardi e Abrantes, 2014; Baião, 2013; Borges Júnior *et al.*, 2023).

ii) RCTA: Receita tributária própria arrecada diretamente pelos municípios goianos. Inclui impostos municipais, taxas e contribuições, permitindo autonomia financeira aos municípios (Vieira, 2017; Massardi e Abrantes, 2014; Borges Júnior *et al*., 2023).

iii) FNDE: Fundo nacional de desenvolvimento da educação, constitui em recursos financeiros destinados à educação básica, provenientes de impostos e transferências intragovernamentais (Vieira, 2017; Baião, 2013; Borges Júnior *et al*., 2023).

iv) ICMS: Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços, é representada pelo repasse financeiro do estado de Goiás aos seus respectivos municípios. A cota parte recebida pelos municípios do IPVA é destinada a financiar melhorias na infraestrutura urbana e serviços relacionados ao trânsito e transporte (Vieira, 2017; Baião, 2013; Borges Júnior *et al*., 2023).

v) IPVA: Imposto sobre a propriedade de veículo automotores, é representada pelo repasse financeiro arrecadado pelo estado de Goiás aos seus respectivos municípios (Vieira, 2017; Borges Júnior *et al*., 2023).

vi) SUS: Sistema único de saúde, consiste no repasse da União aos municípios goianos. A cota parte recebida pelos municípios do SUS é destinada à saúde pública local (Vieira, 2017; Baião, 2013; Borges Júnior *et al.*, 2023).

A Tabela 1 apresenta um resumo das variáveis analisadas nesta pesquisa.

Tabela 1 – Descrição das variáveis.

Notação	Descrição	Literatura	Fonte dos Dados
Variável dependente			
DSVM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	Vieira (2017); Borges Júnior *et al*. (2023)	FIRJAN
Variáveis independentes			
AGEN	Número de agências bancárias	Van e Linh (2019); Brêtas (2019); Borges Júnior *et al*. (2023)	BACEN
STAT	Número de postos de atendimento de instituições financeiras	Brêtas (2019); Borges Júnior *et al*. (2023)	BACEN
Variáveis de controle			
FPM	Fundo de Participação Municipal (*per capita*)	Vieira (2017); Massardi e Abrantes (2014); Baião (2013); Borges Júnior *et al*. (2023)	STN
RCTA	Receita própria dos municípios (*per capita*)	Vieira (2017); Massardi e Abrantes (2014); Borges Júnior *et al*. (2023)	STN
FNDE	Cota parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (*per capita*)	Vieira (2017); Baião (2013); Borges Júnior *et al*. (2023)	STN
ICMS	Cota parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (*per capita*)	Vieira (2017); Baião (2013); Borges Júnior *et al*. (2023)	STN
IPVA	Cota parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (*per capita*)	Vieira (2017); Borges Júnior *et al*. (2023)	STN
SUS	Cota parte do Sistema Único de Saúde (*per capita*)	Vieira (2017); Baião (2013); Borges Júnior *et al*. (2023)	STN

Fonte: Autoria própria.

3.3 Definição da amostra

Diante do objetivo de examinar o efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos, utilizou-se da população composta por todos os 246 municípios que compõem o estado de Goiás, sendo que a série temporal se estende de 2007 até 2016. A escolha dessa série temporal de análise, se deu, exclusivamente, em função da disponibilidade dos dados.

O ano de 2007 foi definido como ponto de partida, pois compreende o início da divulgação dos dados fornecidos pelo BACEN referente às agências e postos de atendimento bancários. Por sua vez, o ano de 2016 marca o ponto final da análise, por se tratar do ano-base da última publicação do relatório da FIRJAN, referente à estimativa do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros.

Mesmo com a disponibilidade de outras fontes de dados, como o IMB, que conta com cinco conjuntos de dados publicados nos anos de 2010, 2012, 2016, 2018 e 2020/2021, a decisão de empregar os dados da FIRJAN foi tomada com base na relevância e adequação desses dados aos objetivos desta pesquisa. Embora o IMB apresente dados relevantes, seus dados ainda não foram amplamente utilizados em outras pesquisas, dificultando comparações e validações. Por outro lado, os dados da FIRJAN são reconhecidos e amplamente aplicados em pesquisas sobre desenvolvimento municipal, destacando-se Reis e Ventura (2015), Vieira (2017), Borges Júnior *et al*. (2023). Desta maneira, seu emprego visa minimizar o potencial de enviesamento e assegurar a validade dos resultados da pesquisa.

Em função da diversidade das bases e da disponibilidade de dados, identificou-se a existência de valores faltantes (*missing values)* para algumas das variáveis estudadas. Em um cenário ideal, a base de dados seria composta por 2.460 observações, considerando os 246 municípios vezes 10 anos. A Tabela 2 representa a quantidade de *missing values* da base de dados verificada em cada variável.

Tabela 2 – Quantidade de valores faltantes (*missing values*) no banco de dados.

Variável	*Missing values*	Observações	(%) *Missing values*
DSVM	21	2.460	0,85%
AGEN	995	2.460	40,45%
FPM	94	2.460	3,82%
RCTA	74	2.460	3,01%
FNDE	223	2.460	9,07%
ICMS	107	2.460	4,35%
IPVA	112	2.460	4,55%
SUS	390	2.460	15,85%

Fonte: Autoria própria.

Para assegurar a integridade dos modelos estatísticos, optou-se por remover todas as observações com valores faltantes, de modo a evitar que os modelos estimados apresentassem quantidades de observações diferentes. Isso resultou na redução de 181 observações município-ano (7,4% do total de 2.460 observações). Deste modo, a amostra final foi composta pelas 2.279 observações, conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de valores faltantes (*missing values*) na amostra final.

Variável	*Missing values*	Observações	(%) *Missing values*
DSVM	0	2.279	0
AGEN	0	2.279	0
STAT	0	2.279	0
FPM	0	2.279	0
RCTA	0	2.279	0
FNDE	0	2.279	0
ICMS	0	2.279	0
IPVA	0	2.279	0
SUS	0	2.279	0

Fonte: Autoria própria.

3.4 Procedimentos de análise

Para a análise das variáveis do estudo, utilizou-se das estatísticas descritivas. Segundo Guedes *et al*. (2005) a estatística descritiva visa a sintetização de valores de mesma natureza, possibilitando uma visão geral sobre a variação desses valores, os organizando e os descrevendo. Além disso, foram empregados modelos de regressão com dados em painel. Castro Junior e Yoshinaga (2012) afirmam que a análise de dados em painel permite o estudo econométrico, a observação de relações dinâmicas, o controle das heterogeneidades não observadas nos dados transversais e a utilização de uma base de dados maior.

Segundo Fávero (2013), ao utilizar os modelos de dados em painel, os pesquisadores podem examinar a relação entre uma variável de desempenho com as variáveis preditivas, a fim de realizar inferências sobre potenciais diferenças entre os indivíduos e a evolução do objeto de estudo ao longo do tempo. Com isso, é comum que muitas pesquisas em contabilidade e finanças usem esses modelos, pois muitos dados são disponibilizados com certa periodicidade para empresas e municípios.

Fávero (2013) ainda destaca a aplicação e utilização do modelo de dados em painel curto, nos casos em que o número de indivíduos é maior do que o período de divulgação dos dados, ou seja, a amostra de pesquisa é maior que a série temporal dos dados. Com efeito, esta pesquisa empregou o modelo de dados em painel curto, dada sua amostra. Ademais, para minimizar distorções causadas por valores extremos (*outliers*), utilizou-se a winsorização ao nível de 0,025 a todas as variáveis.

Assim, objetivou-se, inicialmente, com a análise de regressão com dados em painel, verificar o efeito da variável independente AGEN. O modelo econométrico utilizado foi adaptado do trabalho de Borges Júnior *et al*. (2023), ajustado para o contexto dos municípios de Goiás. O modelo é dado por:

$$DVSM_{it} = \beta_0 + \beta_1 AGEN_{it} + \beta_2 RCTA_{it} + \beta_3 FPM_{it} + \beta_4 ICMS_{it} + \beta_5 IPVA_{it} + \beta_6 FNDE_{it} + \beta_7 SUS_{it} + \Sigma_{j=1}^{246} y_j + \Sigma_{t=2007}^{2016} 0_t * ANO_t + \upsilon_{it}$$

Em segundo momento, buscou-se verificar o efeito da variável independente STAT. O modelo econométrico para esse teste é dado por:

$$DVSM_{it} = \beta_0 + \beta_1 STAT_{it} + \beta_2 RCTA_{it} + \beta_3 FPM_{it} + \beta_4 ICMS_{it} + \beta_5 IPVA_{it} + \beta_6 FNDE_{it} + \beta_7 SUS_{it} + \Sigma_{j=1}^{246} y_j + \Sigma_{t=2007}^{2016} 0_t * ANO_t + \upsilon_{it}$$

Em que, DVSM é o desenvolvimento socioeconômico; AGEN é a quantidade de agências; STAT é a quantidade de postos de atendimento; RCTA é a receita própria; FPM é a cota parte do Fundo de Participação dos Municípios; SUS é a cota parte dos recursos do Sistema Único de Saúde; FNDE é a cota parte dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; ICMS é a cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; IPVA é a cota parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; ANO é o ano; i, j e t são notações para designar municípios e anos, respectivamente; β, γ e θ denotam os coeficientes das variáveis e dos vetores de dummies para município e ano, respectivamente; o termo de erro é dado por υ.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados da Tabela 4 apresentam as estatísticas descritivas das variáveis estudadas. Nota-se que a média do índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos (DVSM), medido pelo IFDM, é de 0,676. O índice varia na amostra entre 0,520 (mínimo) e 0,816 (máximo), em uma escala de 0 a 1, onde números mais próximos de 1 apontam para um desenvolvimento mais elevado dos municípios.

Tabela 4 – Estatística descritiva.

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
DSVM	2.279	0,676	0,069	0,520	0,816
AGEN	2.279	1,796	2,274	0,000	10,000
STAT	2.279	2,871	3,988	0,000	22,000
FPM	2.279	1.017,919	688,309	211,361	2.997,996
RCTA	2.279	185,635	161,977	33,773	803,097
FNDE	2.279	40,555	27,643	0,000	120,628
ICMS	2.279	558,798	420,720	73,858	1.989,209
IPVA	2.279	25,963	22,209	2,246	95,385
SUS	2.279	139,229	82,918	0,000	356,867

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 4 apresenta que em média, existem 2 agências bancárias (AGEN) por município, enquanto a quantidade média de postos de atendimento (STAT) é de 3 por município. Cabe destacar que, para minimizar distorções causadas por valores extremos, aplicou-se o procedimento de winsorização ao nível de 0,025 a todas as variáveis. Com isso, o número máximo de agências (AGEN) verificado foi de 10 e 22 postos de atendimento (STAT).

Os dados da Tabela 5 indicam uma associação positiva entre as medidas de inclusão financeira e o índice de desenvolvimento socioeconômico, com coeficientes de correlação de pearson estatisticamente significativos ao nível de 10%. Apesar de ser uma correlação fraca, os

resultados oferecem suporte à hipótese proposta de que a inclusão financeira está positivamente associada ao desenvolvimento socioeconômico das cidades goianas.

Tabela 5 – Matriz de correlação.

Variável	DSVM	AGEN	STAT	pRCTA	pFPM	pSUS	pFNDE	pICMS	pIPVA
DSVM	1								
AGEN	0,3547*	1							
STAT	0,3398*	0,7839*	1						
RCTA	0,4431*	0,2113*	0,2458*	1					
FPM	0,0402*	-0,5950*	-0,3410*	0,03	1				
SUS	0,2931*	0,1188*	0,1095*	0,2451*	0,2929*	1			
FNDE	0,0270	-0,1897*	-0,1362*	0,1483*	0,3206*	0,3772*	1		
ICMS	0,3257*	-0,1465*	-0,0566*	0,4878*	0,4237*	0,2873*	0,2786*	1	
IPVA	0,5611*	0,4969*	0,3811*	0,4847*	-0,0648*	0,4966*	0,1215*	0,3194*	1

Fonte: Autoria própria.

Todas as variáveis relacionadas às fontes de recursos municipais, conforme apresentado na Tabela 5, exceto a cota parte do FNDE estão positivamente associadas com o índice de desenvolvimento socioeconômico, com um nível de significância estatística de 10%. Especificamente, a receita própria (RCTA), cota parte do SUS, cota parte do ICMS e a cota parte do IPVA mostraram uma correlação moderada com o desenvolvimento socioeconômico. Por outro lado, os recursos do FPM demonstraram uma correlação fraca

Com base na literatura, os resultados da matriz de correlação podem ser comparados aos de Borges Júnior *et al*. (2023), que analisou 5.570 municípios brasileiros. Em ambos os estudos, as variáveis da receita de origem fiscal e tributária, como IPVA, RCTA e ICMS demonstraram correlação moderada com o índice de desenvolvimento socioeconômico, enquanto o FPM apresentou correlação fraca. Por outro lado, a cota parte do SUS mostrou correlação moderada neste estudo, mas fraca no de Borges Júnior *et al*. Além disso, os recursos

do FNDE não exibiram significância estatística aqui, diferentemente do estudo comparado, em que indicaram correlação fraca.

Para entender a relação entre a inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico, foram estimados dois modelos de regressão linear com dados em painel, apresentados nas Tabela 6. O Modelo 1 usa a quantidade de agências bancárias como a variável independente de interesse, enquanto o Modelo 2 usa o número de postos de atendimento bancário. Cada modelo inclui variáveis de controle que estudos anteriores já demonstraram exercer efeito significativo. Ademais, foram incluídas variáveis *dummies* para os anos.

Tabela 6 – Efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico.

Variável	Modelo 1			Modelo 2		
DSVM	b	rse	sig,	b	rse	sig,
AGEN	0,010251	0,0014098	0,000			
STAT				0,0029554	0,0005381	0,000
RCTA	0,0000381	0,000013	0,003	0,0000384	0,0000131	0,003
FPM	0,0000187	4,71E-06	0,000	0,00000678	4,00E-06	0,090
SUS	2,53E-06	0,0000187	0,892	9,94E-06	0,0000188	0,598
FNDE	-0,0000525	0,0000486	0,280	-0,0000592	0,0000479	0,216
ICMS	6,20E-06	6,31E-06	0,326	5,12E-06	6,39E-06	0,423
IPVA	0,0003054	0,0001031	0,003	0,0003752	0,0001053	0,000
Constante	0,5985723	0,0073088	0,000	0,6165675	0,0058833	0,000
Dummy Ano	Sim			Sim		
R^2	0,37			0,35		

Fonte: Autoria própria.

Conforme os resultados da Tabela 6, os modelos de regressão suportam a hipótese do estudo. Esses resultados indicam que os municípios com mais estrutura financeira, como agências bancárias ou postos de atendimento bancário, tendem a exibir níveis mais altos de

desenvolvimento socioeconômico. Além disso, verificou-se que as variáveis de controle demonstraram uma relação positiva com o desenvolvimento socioeconômico nos dois modelos de regressão.

Por fim, ao se observar na Tabela 6, no que tange às receitas e transferências para os municípios, a maioria das fontes de recursos apresentaram uma relação positiva com o desenvolvimento socioeconômico, especificamente a receita própria (RCTA) e a cota parte do (IPVA). Contudo, a cota parte do (FPM) é significativa apenas no Modelo 1. Além disso, os recursos do (SUS), (FNDE) e a cota parte do (ICMS) não demonstraram efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico.

Com base na literatura, pode-se mencionar alguns motivos que sustentam os resultados aqui apresentados. Por exemplo, Reis e Ventura (2015) apontam que o crescimento da inclusão financeira é parcialmente devido ao aumento de correspondentes bancários, o que pode resultar em um aumento dos indicadores de desenvolvimento econômico. Por outro lado, considerando a relação positiva entre a inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico, evidenciada nesta pesquisa, pode-se inferir que a inclusão financeira manifestada como bancarização, pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico.

Magalhães (2018) destaca que a inclusão financeira desempenha um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico, apresentando uma relação positiva frente às desigualdades econômicas e sociais e às diferenças regionais. Adicionalmente, Vieira (2017) enfatiza que os recursos intragovernamentais ou de arrecadação própria afetam positivamente o índice de desenvolvimento das esferas da saúde, educação, emprego e renda. Os resultados desta pesquisa corroboram a literatura, uma vez que (RCTA) e (IPVA) foram estatisticamente significativos.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi examinar o efeito da inclusão financeira no desenvolvimento socioeconômico dos municípios goianos, no período de 2007 a 2016. A hipótese levantada sugere uma relação positiva e significativa estatisticamente entre a inclusão financeira (bancarização) e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado de Goiás. Para análise, foram utilizados dados provenientes da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) entre os anos de 2007 e 2016, em função da disponibilidade dos dados da FIRJAN. Os procedimentos de análise envolveram estatísticas descritivas e modelos de regressão linear com dados em painel, estimados através do método dos mínimos quadrados ordinários.

Os resultados indicaram que existe uma relação positiva entre inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico, sugerindo que municípios com maior acesso a serviços financeiros tendem a ter melhores indicadores socioeconômicos. Isso significa que a inclusão financeira pode promover o crescimento econômico e melhorar as condições sociais, facilitando o acesso a crédito, investimentos e outros serviços essenciais para o desenvolvimento local.

Em comparação com pesquisas anteriores, este estudo avança ao concentrar-se na inclusão financeira dos 246 municípios que compreendem o estado de Goiás e como ela impacta o desenvolvimento socioeconômico local. A importância deste estudo é destacada pela redução de 19,09% no Índice de Desempenho Municipal (IDM) conforme relatado pelo IMB na última década. Os resultados deste estudo sugerem que políticas públicas ou estratégias por parte das instituições financeiras poderiam aumentar a inclusão financeira e promover o desenvolvimento regional. Espera-se que esses *insights* colaborem na criação de programas e políticas que fomentem a inclusão social e econômica.

Por fim, o estudo apresenta algumas limitações, como a limitação temporal da base de dados utilizada. Os dados disponíveis sobre o desenvolvimento socioeconômico abrangem o período de 2007 a 2016, o que impede a análise dos impactos das inovações financeiras mais recentes, como o *open banking*, a e expansão das *fintechs* e o sistema de pagamentos instantâneos PIX, teriam no desenvolvimento social e econômico.

Para superar essa limitação, recomenda-se que pesquisas futuras explorem novas *proxies* para a inclusão financeira, focando no lado da demanda, conforme descrito por Santos (2020). A utilização dos serviços financeiros pela população requer novas bases de dados, ausentes até o presente momento, como as informações provenientes do *open finance*, *fintechs*

e PIX. Além disso, é aconselhável o uso de outros parâmetros e fontes de dados para refletir de forma mais recente os níveis de desenvolvimento socioeconômico da região em foco. Sugere-se, também, a realização de estudos comparativos entre diferentes municípios do Brasil, como uma análise comparativa dos municípios do Estado de Goiás com os demais municípios da região do Centro-Oeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

ATIENSE, Isadora Rodrigues. **O impacto do sistema instantâneo de pagamentos no atingimento da inclusão financeira no Brasil**. 2020. 61 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BADER, Marcos; SAVOIA, José Roberto Ferreira. Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, p. 208-215, 2013.

BAIÃO, Alexandre Lima. **O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros**. 2013. 67 p. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2013.

BARAJAS, Adolfo *et al*. **Financial inclusion: what have we learned so far? What do we have to learn?** International Monetary Fund, 2020. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/08/07/Financial-Inclusion-What-Have-We-Learned-So-Far-What-Do-We-Have-to-Learn-49660. Acesso em: 11 nov. 2024.

BORGES JÚNIOR, Dermeval Martins Borges et al. Inclusão Financeira e Desenvolvimento Socioeconômico: Uma Perspectiva Regional. **Revista Universo Contábil**, v. 19, n. 1, 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 2024, n. 58, p. 2, 22 mar. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRÊTAS, Felipe Renê Gurgel. **Inclusão financeira: análise exploratória multidimensional dos determinantes, questões e desafios para expansão no Brasil**. 2019. 46 p. Dissertação (mestrado profissional MPFE) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2019.

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. Uma análise sobre o desempenho dos principais indicadores sociais e econômicos no Brasil entre os anos 2000 e 2020. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 27, p. 364-373, 2022.

CANILANG, Sara *et al*. **Report on the economic well-being of US households in 2019, featuring supplemental data from April 2020**. Board of Governors of the Federal Reserve System (US), 2020. Disponível em: https://www.federalreserve.gov/publications/files/2019-report-economic-well-being-us-households-202005.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

CASTRO JUNIOR, Francisco Henrique Figueiredo de; YOSHINAGA, Claudia Emiko. Coassimetria, cocurtose e as taxas de retorno das ações: uma análise com dados em painel. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, p. 110-144, 2012.

CORDEIRO, Joaquim Pedro de Vasconcelos. **Fintechs e inclusão financeira no Brasil: uma abordagem Delphi**. 2019. 103 f. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado), Curso de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

DEMIRGUÇ-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora. Measuring financial inclusion: Explaining variation in use of financial services across and within countries. **Brookings papers on economic activity**, v. 2013, n. 1, p. 279-340, 2013.

DINIZ, Eduardo; BIROCHI, Rene; POZZEBON, Marlei. Triggers and barriers to financial inclusion: The use of ICT-based branchless banking in an Amazon county. **Electronic Commerce Research and Applications**, v. 11, n. 5, p. 484-494, 2012.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes. Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 1, p. 131-156, 2013.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Instituto de pesquisa aplicada, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1545/1/TD_1369.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

FOUEJIEU, Armand *et al*. Financial inclusion and inequality: A cross-country analysis. **The Journal of International Trade & Economic Development**, v. 29, n. 8, p. 1018-1048, 2020.

GODÓI, Ana Flávia; DE ASSIS, Leandro Martins; DA SILVA, Matheus Apolinário. A POPULAÇÃO DESBANCARIZADA E AS FINTECHS DE MEIOS DE PAGAMENTOS NO BRASIL. **Revista Universitas da FANORPI**, v. 2, n. 09, p. 72-100, 2023.GUEDES, Terezinha Aparecida *et al*. Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**, p. 1-49, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goiás: Panorama. 2022**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama. Acesso em: 05 jan. 2024.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Os brasileiros e o dinheiro em espécie. 2019**. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/10/Os-brasileiros-eo-dinheiro-em-especie-Imprensa-Outubro-de-2019.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Goiás: Sobre Goiás. 2018.** Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2018/07/goias-visao-geral-7fb.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Índice de Desempenho dos Municípios. 2013.** Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2013/04/idm2010-020.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024

INSTITUTO MAURO BORGES. **Índice de Desempenho dos Municípios .2021**. Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2021/10/idm2020_2021-856.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. *In*: Indicadores socioeconômicos na gestão pública. p. 110-110, 2012.

KABAKOVA, Oksana; PLAKSENKOV, Evgeny. Analysis of factors affecting financial inclusion: Ecosystem view. **Journal of business Research**, v. 89, p. 198-205, 2018.

KEMPSON, H. E. *et al*. **In or out? Financial exclusion: a literature and research review**. PublisherFinancial Services Authority, 2000.

MAGALHÃES, João Guilherme Timotio. **Ensaios sobre inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico regional brasileiro**. 2018. 94 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, Montes Claros, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** Atlas, 2003.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. Classificação dos municípios mineiros em relação à composição de suas receitas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 1, p. 144-161, 2014.

NINO, Mozart. **Capital, trabalho e confiança: a dimensão humana no desenvolvimento socioeconômico sustentável**. 2016. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH**. s.d. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh-0. Acesso em: 20 nov. 2024.

REIS, Diego Araujo; VENTURA, Osvaldo Sousa. Uma avaliação do índice inclusão financeira nos estados do nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 115-131, 2015.

RESENDE, Marcos Lima Marcelo. Banking and regional inequality in Brazil: an empirical note. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 28, p. 669-677, 2008.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro; ZANETONI, Jaqueline de Paula Leite; VITA, Jonathan Barros. Inclusão financeira, inovação e promoção ao desenvolvimento social e econômico através do pix. **Revista Juridica**, v. 4, n. 61, p. 123-152, 2020.

SANTOS, Clodoaldo Barbosa dos. **Inclusão financeira e desenvolvimento econômico: uma análise sob o contexto brasileiro**. 2020. 86 p. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Maria Isabel Sousa Calisto dos. **O sistema financeiro nacional: os efeitos das novas ferramentas online nas instituições financeiras**. 2022. 42 p. Monografia (graduação) Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, Taubaté, 2022.

SEN, A. Equality of What? *In*: McMurrin, S. **Tanner Lectures on Human Values**. Vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SIMON, David. Development reconsidered; new directions in development thinking. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, v. 79, n. 4, p. 183-201, 1997.

VAN, Dinh Thi Thanh; LINH, Nguyen Ha. The impacts of financial inclusion on economic development: cases in Asian-Pacific countries. **Journal: Comparative Economic Research**, p. 7 -16, 2019.

VIEIRA, Michelle Aparecida. **Efeitos das transferências intergovernamentais na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento socioeconômico das regiões brasileiras**. 2017. 85 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

WILSON, Therese Ann. Supporting social enterprises to support vulnerable consumers: the example of community development finance institutions and financial exclusion. **Journal of consumer policy**, v. 35, p. 197-213, 2012.

WORLD BANK GROUP. **Global Financial Development Report 2014:** Financial Inclusion. Washington, DC: World Bank, 2013a.

WORLD BANK GROUP. **Financial Inclusion**. 2022. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion/overview. Acesso em: 8 nov. 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p.